



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



341) O Estado não intervirá em seus municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

- a) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por três anos consecutivos, a dívida fundada.
- b) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- c) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino, segurança e ações e serviços públicos de saúde.
- d) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Federal, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

RESPOSTA: “b”, conforme artigo 35, II, da CF.

342) De acordo com o artigo 37, da Constituição Federal, os princípios expressos da administração pública são

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, finalidade e eficiência.
- b) legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, eficiência.
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
- d) legalidade, impessoalidade, finalidade pública, honestidade, probidade.

RESPOSTA: “c”, para lembrarmos destes princípios, devemos utilizar da expressão L.I.M.P.E. (LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA).

343) Aponte a alternativa correta

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarando em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

RESPOSTA: “b”, artigo 37, inciso II, CF.

344) Assinale a alternativa incorreta

- a) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) o direito de greve será exercido em toda a sua plenitude.
- d) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

RESPOSTA: “c”, conforme artigo 37, VII, CF.

345) Sobre a remuneração dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- b) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- c) o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- d) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

RESPOSTA: “d”, artigo 37, XI, CF.

346) Sobre a acumulação de cargos públicos, aponte a assertiva incorreta

- a) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de dois cargos de professor.
- b) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- c) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de dois cargos ou empregos de médicos.
- d) é permitida a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, observado o teto remuneratório do funcionalismo, de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

RESPOSTA: “c”, pois está em desacordo com o inciso XVI, c, do artigo 37 da CF, pois tal disposto permite a acumulação de dois cargos privativos de profissionais da área de saúde, como por exemplo: dois cargos de enfermeiro, dois cargos de auxiliar de enfermagem, etc.

347) De acordo com o que está disposto nos incisos do artigo 37 de nossa Constituição, aponte a alternativa incorreta

- a) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei comum, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- d) as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreira específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, da forma da lei ou convênio.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o inciso XIX, do artigo 37, da CF, a lei para definir as áreas de atuação das fundações é a Lei Complementar e, não a lei comum, como constou na alternativa.

348) Ao estudarmos a nossa Constituição, mais especificamente no parágrafo 4º do artigo 37, visualizamos as penalidades impostas aos agentes que cometerem atos de improbidade administrativa. Diante do informado, aponte a alternativa correta sobre as punições.

- a) cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) suspensão dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, multa e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

RESPOSTA: “d”, parágrafo 4º, artigo 37, da CF.

Para complementar os estudos, ver Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

349) O artigo 37, parágrafo 6º, regula a responsabilidade da atuação do estado em casos de danos provocados aos particulares, diante desta informação, aponte a alternativa correta.

- a) as pessoas jurídicas de direito publico responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- b) as pessoas jurídicas de direito publico e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- c) as pessoas jurídicas de direito publico e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.
- d) as pessoas jurídicas de direito publico e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo.

RESPOSTA: “b”.

350) De acordo com o texto constitucional, aponte a assertiva incorreta

- a) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por centos do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.
- c) serão computados, para o efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- d) o disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para o pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o parágrafo 11, do artigo 37, tais parcelas não são computadas, ao contrário do que constou na assertiva.